

**ANEXO IV – MINUTA DE CCVEE
CHAMADA PÚBLICA GERAÇÃO DISTRIBUÍDA**

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA
NO AMBIENTE REGULADO – CONTRATO DE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA**

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE ENERGIA
ELÉTRICA Nº [REDACTED], FIRMADO ENTRE A [REDACTED] E A
[REDACTED].

De um lado, a [REDACTED], empresa [REDACTED] <concessionária, permissionária ou autorizada> para gerar energia elétrica, com sede na [REDACTED], na cidade de [REDACTED], Estado de [REDACTED], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [REDACTED] / [REDACTED] - [REDACTED], doravante denominado VENDEDOR, e de outro lado a [REDACTED], empresa titular de concessão de serviços e instalações de distribuição para fornecer energia elétrica a consumidor final, com sede na [REDACTED], na cidade de [REDACTED], Estado de [REDACTED] - CEP [REDACTED] - [REDACTED], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [REDACTED] / [REDACTED] - [REDACTED], denominada simplesmente COMPRADOR, quando em conjunto denominadas PARTES, e separadamente PARTE, neste ato representadas por seus representantes legais ao final assinados;

CONSIDERANDO:

- I. o VENDEDOR participou da CHAMADA PÚBLICA promovida pelo COMPRADOR para fins de contratação de energia elétrica proveniente de empreendimentos de GERAÇÃO DISTRIBUÍDA, nos termos dos artigos 14 e 15 do Decreto nº 5.163/04, e demais disposições aplicáveis, e conforme Edital de Chamada Pública [REDACTED] - Geração Distribuída;
- II. o VENDEDOR possui lastro para a venda proveniente da [UHE / PCH / UTE Denominação], doravante denominada CENTRAL DE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA, nos termos do art. 14 do Decreto no 5.163, de 30 de julho de 2004;
- III. o COMPRADOR adquiriu energia elétrica do VENDEDOR na CHAMADA PÚBLICA, e a comercialização realizada, de natureza regulada, deve ser contabilizada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, para os fins previstos na legislação referida, na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, nas REGRAS e nos PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO;
- IV. as PARTES deverão estar aptas a registrar contratos de compra e venda de energia no SCL da CCEE nos prazos estabelecidos neste CONTRATO.
- V. o disposto no EDITAL referente à CHAMADA PÚBLICA nº [REDACTED] realizada pelo COMPRADOR.

As PARTES têm entre si justo e acordado celebrar o presente CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA, doravante denominado "CONTRATO", o qual se regerá pelas disposições da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como pelas

REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, e de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO

1.1. O presente CONTRATO tem por objeto estabelecer os termos e as condições da compra e venda da ENERGIA CONTRATADA com POTÊNCIA ASSOCIADA, proveniente da CENTRAL DE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA, realizada entre o COMPRADOR e o VENDEDOR, em decorrência da CHAMADA PÚBLICA realizada em XX de XXXXXX de 2013, conforme os montantes indicados na tabela da subcláusula 6.1.

1.2. São partes integrantes do presente CONTRATO:

a) ANEXO I – NOMENCLATURA TÉCNICA.

CLÁUSULA 2ª – DAS DEFINIÇÕES E PREMISSAS

2.1. Para o perfeito entendimento e precisão da terminologia técnica empregada neste CONTRATO e seus anexos, ficam definidos os conceitos dos termos e expressões grafados em letra maiúscula, relacionados no ANEXO I – NOMENCLATURA TÉCNICA, como parte integrante deste CONTRATO.

2.2. A utilização das definições constantes neste CONTRATO, no plural ou no singular, no masculino ou no feminino, não altera os significados a elas atribuídos.

2.3. No caso de divergências entre as disposições constantes do presente CONTRATO e os termos dispostos no seu ANEXO I, deverão prevalecer as disposições deste CONTRATO.

CLÁUSULA 3ª – DA MODALIDADE DO CONTRATO

3.1. O presente CONTRATO é celebrado na modalidade de quantidade de energia elétrica, com POTÊNCIA ASSOCIADA, sendo que o ponto de entrega da ENERGIA CONTRATADA será no CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO do COMPRADOR, conforme indicado na subcláusula 6.1.

CLÁUSULA 4ª – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente CONTRATO entra em vigor a partir da data de aprovação ou homologação pela ANEEL e terá vigência até o dia ____ de ____ de ____.

4.1.1. Na hipótese do presente CONTRATO não ser aprovado ou homologado pela ANEEL, o COMPRADOR e o VENDEDOR estarão desobrigados de qualquer compromisso e responsabilidade firmados nos termos do presente CONTRATO perante a outra parte, não existindo direito ou valor a ser ressarcido de uma parte à outra em virtude deste fato.

4.2. O início do suprimento da ENERGIA CONTRATADA, com POTÊNCIA ASSOCIADA dar-se-á à zero hora e um minuto do dia ____ de ____ de ____ ou no primeiro dia do mês subsequente da data de aprovação ou homologação deste CONTRATO pela ANEEL, o que

ocorrer por último; e o término do suprimento ocorrerá às 24 horas do dia ____ de ____ de ____.

4.3. O término do prazo de vigência deste CONTRATO não afetará quaisquer direitos ou obrigações das PARTES, ainda que anteriores a tal evento e que seu exercício ou cumprimento se dê após o término do CONTRATO, salvo o disposto na subcláusula 4.1.1.

4.4. O suprimento da ENERGIA CONTRATADA, com POTÊNCIA ASSOCIADA, vigorará pelo prazo previsto na subcláusula 4.2, independentemente do prazo final da concessão, permissão ou autorização do COMPRADOR ou do VENDEDOR.

4.5. Na eventualidade de o prazo final da concessão, permissão ou autorização do COMPRADOR ou do VENDEDOR encerrar-se antes do término do suprimento, o sucessor da titularidade da respectiva concessão, permissão ou autorização assumirá todas as obrigações e direitos previstos no presente CONTRATO.

CLÁUSULA 5ª – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Todas as atividades, operações e processos previstos neste CONTRATO, independentemente de sua definição e tratamento neste instrumento, deverão ser realizados conforme o previsto na legislação aplicável, em regulação da ANEEL, neste instrumento, na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, nas REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, nos PROCEDIMENTOS DE REDE específicos e nos PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO.

5.2. A implantação do SISTEMA DE MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO – SMF compatível com os requisitos mínimos exigidos pela CCEE, para fins de inclusão da central geradora no SCL e no SCDE, é responsabilidade única e exclusiva do VENDEDOR. O COMPRADOR não poderá ser responsabilizado e/ou onerado pelo não atendimento a esta exigência, devendo o VENDEDOR ressarcir o COMPRADOR pelos eventuais prejuízos provocados pelo descumprimento da exigência aqui prevista.

5.3. As exigências operacionais para a disponibilização da ENERGIA CONTRATADA e POTÊNCIA ASSOCIADA deverão ser atendidas pelo VENDEDOR, conforme as condições e padrões estabelecidos nos PROCEDIMENTOS DE REDE específicos e nos PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO.

5.4. As PARTES concordam que será de inteira responsabilidade do VENDEDOR arcar com todos os riscos, obrigações, responsabilidades, TRIBUTOS, tarifas, encargos incluindo, sem a estes se limitarem, de uso do sistema de distribuição e de conexão, e perdas elétricas porventura devidas e/ou verificadas entre as instalações de geração e o CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO do COMPRADOR.

5.5. As PARTES concordam, ainda, que será de inteira responsabilidade do COMPRADOR arcar com todos os riscos, obrigações, responsabilidades, TRIBUTOS, tarifas, custos e encargos, incluindo, sem a estes se limitarem, de uso do sistema de transmissão, de uso do sistema de distribuição e de conexão, e perdas elétricas porventura incidentes e/ou verificadas entre o CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO do COMPRADOR e o consumidor final.

CLÁUSULA 6ª – DAS CONDIÇÕES GERAIS DE COMPRA E VENDA

6.1. Para fins deste CONTRATO, o VENDEDOR disponibilizará, no CENTRO DE GRAVIDADE do SUBMERCADO DO COMPRADOR, a ENERGIA CONTRATADA e respectiva POTÊNCIA ASSOCIADA, nos montantes especificados na Tabela 1:

Tabela 1 – ENERGIA CONTRATADA e POTÊNCIA ASSOCIADA

PERÍODO DE SUPRIMENTO (Ano)	SUBMERCADO	ENERGIA CONTRATADA (MW médios)	POTÊNCIA ASSOCIADA (MWh/h)
De ___/___/2013 a 31/12/20___	SE/CO	___,___	___,___

6.2. O registro do presente CONTRATO na quantidade integral de ENERGIA CONTRATADA deverá ser realizado pelo VENDEDOR, por meio do Sistema de Contabilização e Liquidação – SCL, após sua aprovação ou homologação pela ANEEL, salvo se verificado o disposto na subcláusula 4.1.1.

6.2.1. A validação do registro do CONTRATO deverá ser realizada pelo COMPRADOR.

6.3. A SAZONALIZAÇÃO estabelece a ENERGIA MENSAL CONTRATADA, em MWh (megawatt-hora), sobre a qual será aplicada a MODULAÇÃO da ENERGIA MENSAL CONTRATADA. A tabela 2 registra a ENERGIA MENSAL CONTRATADA que será igual para todos os meses dos anos do PERÍODO DE SUPRIMENTO (“SAZONALIZAÇÃO”), em MWh. A exceção para o mês de dezembro de 2013 que será de XXXX,xxx MWh (corresponde ao MW médio contratado).

Tabela 2 – Sazonalização: ENERGIA MENSAL CONTRATADA

Meses	MWh
Janeiro	
Fevereiro	
Março	
Abril	
Maio	
Junho	
Julho	
Agosto	
Setembro	
Outubro	
Novembro	
Dezembro	

6.3.1. Nos anos bissextos, o mês de fevereiro será acrescido do MWh referente a um dia na proporção média anual, preservando-se o MW médio anual contratado.

6.4. A MODULAÇÃO da ENERGIA MENSAL CONTRATADA será realizada pelo VENDEDOR, por meio do Sistema de Contabilização e Liquidação – SCL, devendo ser aplicada a divisão do total de ENERGIA MENSAL CONTRATADA pelo número de horas do MÊS CONTRATUAL (MODULAÇÃO Flat).

6.4.1. A validação da MODULAÇÃO deverá ser realizada pelo COMPRADOR.

6.5. É de integral responsabilidade do VENDEDOR manter o lastro para a venda da ENERGIA CONTRATADA, da ENERGIA MENSAL CONTRATADA e POTÊNCIA ASSOCIADA, nos termos dos arts. 2º e 3º do Decreto 5.163, de 2004, da CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, das REGRAS e dos PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO.

6.5.1. Na hipótese da constituição de lastro se dar por meio de contratos bilaterais de compra de ENERGIA, essa contratação deverá ser feita na modalidade de quantidade de ENERGIA ELÉTRICA, sob exclusiva responsabilidade do VENDEDOR, assumindo este, inclusive, os riscos de diferenças de preços entre SUBMERCADOS e a eventual exposição ao Mercado de Curto Prazo.

6.5.2. A ENERGIA e a POTÊNCIA associadas aos contratos bilaterais de que trata a subcláusula 6.5.1 serão atribuídas, no âmbito das REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO, ao VENDEDOR.

6.5.3. O não cumprimento da obrigação prevista na subcláusula 6.5 poderá motivar a resolução do CONTRATO, nos termos da cláusula 10, sem prejuízo da sujeição do VENDEDOR às penalidades estabelecidas no art. 3º do Decreto nº 5.163, de 2004.

6.6. O COMPRADOR poderá adquirir ENERGIA no MERCADO DE CURTO PRAZO sempre que se verificar uma das condições a seguir, observados os limites previstos em LEGISLAÇÃO:

- I. Atraso de início da operação comercial da CENTRAL DE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA, limitado a três meses, nos termos da REN ANEEL nº 165, de 2005; ou
- II. Indisponibilidade da CENTRAL DE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA, limitada a dois meses e 10% da carga a ser atendida, nos termos da REN ANEEL nº 169, de 2005.

6.6.1. A verificação do disposto na subcláusula 6.6 implicará no ajuste do registro da ENERGIA MENSAL CONTRATADA no SCL para a quantidade verificada de lastro de venda de ENERGIA da CENTRAL DE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA, devendo o valor da Nota Fiscal / Fatura desse mês atender a restrição de repasse de custo ao consumidor final prevista em LEGISLAÇÃO (REN ANEEL nº 165/05 para o disposto no inciso I da subcláusula 6.6 e REN ANEEL nº 169/05 para o disposto no inciso II da subcláusula 6.6).

6.7. Sempre que a quantidade verificada de lastro de venda de ENERGIA da CENTRAL DE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA for insuficiente para atendimento da ENERGIA CONTRATADA e/ou da ENERGIA MENSAL CONTRATADA, inclusive quando for verificado o disposto nos incisos I ou II da subcláusula 6.6 em frequência ou volume superiores aos limites permitidos em LEGISLAÇÃO, o VENDEDOR deverá celebrar contratos de compra de energia para garantir os contratos de venda originais e deste CONTRATO, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

6.7.1. Ocorrendo o disposto na subcláusula 6.7, o valor da Nota Fiscal / Fatura deverá sempre atender a restrição de repasse de custo ao consumidor final prevista em LEGISLAÇÃO (REN ANEEL nº 165/05 para o disposto na subcláusula 6.6, inciso I e REN ANEEL nº 169/05 para o disposto na subcláusula 6.6, inciso II).

6.8. Em caso de racionamento, deverá ser observado o disposto no artigo 22 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, ou na legislação vigente.

CLÁUSULA 7ª – DO PREÇO DE VENDA

7.1. – O PREÇO DE VENDA a ser pago pelo COMPRADOR ao VENDEDOR durante a vigência do CONTRATO é de R\$ XXX,XX/MWh (XXXXXXXX por megawatt-hora), referenciado à Data

Base de **01 de janeiro de 2013**, sendo seu reajuste definido conforme disposto na subcláusula 7.2, aderente à regulamentação específica, salvo se verificado o disposto na subcláusula 4.1.1.

7.2. O primeiro reajuste do PREÇO DE VENDA ocorrerá em **1º de janeiro de 2015**, a partir desta anualmente, sempre em **1º de janeiro**, conforme fórmula abaixo:

$$PV_r = PV_o \times \frac{IPCA_i}{IPCA_b}$$

Onde:

PV_r = PREÇO DE VENDA, devidamente reajustado;

PV_o = PREÇO DE VENDA;

IPCA_i = Número índice do IPCA, publicado pelo IBGE, referente ao mês imediatamente anterior ao mês de reajuste do PREÇO DE VENDA;

IPCA_b = Número índice do IPCA, publicado pelo IBGE, referente ao mês anterior a Data Base.

7.3. As PARTES reconhecem que o PREÇO DE VENDA previstos nesta Cláusula 7ª são suficientes, nesta data, para o cumprimento das obrigações previstas no presente instrumento.

7.4. Caso venha a ocorrer a extinção do IPCA, adotar-se-á outro índice oficial que venha a substituí-lo, e na falta deste, outro com função similar, conforme determinado pelo Poder Concedente.

CLÁUSULA 8ª – DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento devido pelo COMPRADOR ao VENDEDOR será realizado mediante a emissão de uma única Nota Fiscal / Fatura, a ser paga ao VENDEDOR até o dia 25 do mês seguinte ao mês do suprimimento considerado.

8.1.1. A fatura, com o correspondente vencimento, será apresentada pelo VENDEDOR no prazo de, no mínimo, cinco dias úteis anteriormente à data do vencimento. No caso de atraso na apresentação, por motivo imputável ao VENDEDOR, a data de vencimento será automaticamente postergada por prazo igual ao do atraso verificado.

8.1.2. O pagamento deverá ser efetuado por crédito em conta corrente bancária a ser indicada pelo VENDEDOR, por meio de Transferência Eletrônica de Disponível – TED, ou, ainda, mediante cobrança bancária ou outro mecanismo a critério do VENDEDOR.

8.1.3. Eventuais despesas financeiras por conta da realização do crédito em conta corrente bancária do VENDEDOR, nos termos do parágrafo precedente, correrão por conta do COMPRADOR.

8.2. Os pagamentos devidos pelo COMPRADOR ao VENDEDOR deverão ser efetuados livres de quaisquer ônus e deduções não autorizadas, e eventuais despesas financeiras decorrentes dos referidos pagamentos correrão por conta do COMPRADOR.

Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL

Av. Gury Marques, 8000
79072-900 - Campo Grande – MS
Tel: 67 398 4000
www.enersul.com.br

8.3. Caso a data de vencimento prevista nesta Cláusula ocorra em dia não útil, no município de Campo Grande-MS o pagamento poderá ser efetuado pelo COMPRADOR no primeiro dia útil subsequente.

8.4. O não cumprimento da obrigação de pagamento pelo COMPRADOR, no prazo e condições determinados nesta Cláusula, implicará a aplicação de penalidade de multa e a incidência de juros e atualização monetária sobre o valor devido, nos termos da Cláusula 9ª.

8.5. Na hipótese de inadimplência no pagamento de qualquer valor devido pelo COMPRADOR, não sanada dentro do prazo de cinco dias úteis após o recebimento de notificação por escrito emitida pelo VENDEDOR, este poderá adotar as medidas previstas na Cláusula 10 com a aplicação das penalidades associadas.

8.6. As divergências eventualmente apontadas no faturamento da ENERGIA CONTRATADA não afetarão os prazos de pagamento previstos na respectiva fatura, devendo a diferença, se houver, ser compensada em fatura complementar.

8.7. Caso, em relação a qualquer fatura, existam montantes incontroversos e montantes em relação aos quais o COMPRADOR tenha questionado a respectiva certeza e liquidez, o COMPRADOR, independentemente do questionamento apresentado ao VENDEDOR, por escrito, deverá, na respectiva data de vencimento, efetuar o pagamento da parcela inconteste, sob pena de, em não o efetuando, caracterizar-se o inadimplemento do COMPRADOR.

8.8. Sobre qualquer soma contestada, representando créditos para uma PARTE, que venha posteriormente a ser acordada ou definida como sendo devida a outra PARTE, aplicar-se-á o disposto na subcláusula 9.2, excetuando-se a multa. Os juros e a correção monetária incidirão desde a data do vencimento da parcela contestada até a data de sua liquidação.

CLÁUSULA 9ª – DA MORA NO PAGAMENTO E SEUS EFEITOS

9.1. Fica caracterizada a mora quando o COMPRADOR deixar de liquidar qualquer dos pagamentos até a data de seu vencimento.

9.2. No caso de mora, incidirão sobre a parcela em atraso, corrigida monetariamente até a data do pagamento, os seguintes acréscimos:

- I. multa de 2% (dois por cento); e
- II. juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*.

9.3. Os acréscimos moratórios previstos nas alíneas acima incidirão sobre o valor das parcelas em atraso, mensalmente corrigidas monetariamente pela variação *pro rata die* do IPCA, relativo ao mês anterior.

9.4. Se no período de atraso a correção monetária for negativa, esta será considerada nula para os fins desta cláusula.

9.5. Caso venha a ocorrer a extinção do IPCA, adotar-se-á outro índice oficial que venha a substituí-lo, e na falta deste, outro com função similar, conforme determinado pelo Poder Concedente.

CLÁUSULA 10 – DA RESCISÃO

10.1. Não obstante o caráter irrevogável e irretratável do CONTRATO, este poderá ser rescindido de pleno direito, a critério da PARTE adimplente, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

- I. caso seja decretada a falência, a dissolução ou a liquidação judicial ou extrajudicial da outra PARTE, mediante aviso ou notificação com antecedência de três dias;
- II. na eventualidade da outra PARTE ter revogada qualquer autorização legal, governamental ou regulatória indispensável ao cumprimento das atividades e obrigações previstas neste CONTRATO, inclusive mas não se limitando à concessão de serviço público, permissão ou autorização;
- III. em caso de inadimplência do COMPRADOR quanto ao pagamento da Fatura emitida nos termos da Cláusula 8ª;
- IV. em caso de inadimplência do VENDEDOR quanto ao registro da ENERGIA CONTRATADA conforme previsto na subcláusula 6.2;
- V. em caso de inadimplência de qualquer obrigação contratual por qualquer das PARTES.

10.2. Caso eventual questão decorrente de qualquer das hipóteses previstas nesta Cláusula não seja sanada no prazo máximo de cinco dias úteis, contados do recebimento pela parte inadimplente de notificação por escrito, as PARTES poderão considerar o CONTRATO rescindido.

10.3. Ocorrendo a rescisão deste CONTRATO, a PARTE inadimplente obriga-se a manter a PARTE adimplente isenta de quaisquer obrigações e responsabilidades nos termos do presente, inclusive no âmbito da CCEE, observado o disposto na Subcláusula 11.3, responsabilizando-se também pelo pagamento de quaisquer ônus decorrentes de tal rescisão.

10.4. A rescisão do presente CONTRATO não libera as PARTES das obrigações devidas até a data de rescisão e não afetará ou limitará qualquer direito que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em vigor após a rescisão ou que dela decorra.

10.5. O registro deste CONTRATO será cancelado pela CCEE na hipótese de sua rescisão, observado o disposto na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO e mediante envio de notificação por uma das PARTES comunicando o fato.

CLÁUSULA 11 – DA RESPONSABILIDADE E INDENIZAÇÃO

11.1. A PARTE que, por sua ação ou omissão, der causa à rescisão do presente CONTRATO por incorrer nas hipóteses tratadas na Cláusula 10ª, ficará obrigada a pagar à outra PARTE, sem prejuízo de perdas e danos, penalidade de multa por rescisão, limitada a um ano de faturamento, calculada de acordo com a fórmula descrita a seguir:

$$\text{Multa} = \text{mín} [(30 \% \times \text{PREÇO DE VENDA} \times \text{ECR}); (\text{PREÇO DE VENDA} \times \text{ECano})]$$

onde:

PREÇO DE VENDA: PREÇO DE VENDA vigente na data de rescisão (estipulado na Cláusula 7ª deste CONTRATO);

ECR: Volume de Energia Contratada da usina, remanescente entre a data de rescisão e a data de término do período de suprimento, em megawatt-horas (MWh), resultante do valor em MW médios definido na tabela da subcláusula 6.1;

ECano: Volume de Energia Contratada, em megawatt-horas (MWh), relativa ao ano de rescisão do CONTRATO;

mín: é a função mínimo calcula o menor dentre dois valores.

11.2. A PARTE inadimplente deverá, no prazo máximo de cinco dias úteis contados da data em que ocorrer a rescisão, efetuar o pagamento do valor estipulado na subcláusula 11.1, acrescido de juros à taxa estipulada na subcláusula 9.2, inciso II, calculados entre a data de cálculo da multa e a data do efetivo pagamento.

11.3. A responsabilidade de cada uma das PARTES no âmbito deste CONTRATO estará, em qualquer hipótese, limitada aos montantes de danos que der causa, inclusive danos morais ou qualquer outra modalidade de indenização dessa mesma natureza.

11.4. Pelo descumprimento de qualquer obrigação de sua responsabilidade, o VENDEDOR e o COMPRADOR sujeitar-se-ão à aplicação das penalidades administrativas cabíveis, conforme a legislação aplicável, sem prejuízo da aplicação do disposto neste CONTRATO.

CLÁUSULA 12 – DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

12.1. Uma controvérsia se inicia com a NOTIFICAÇÃO DE CONTROVÉRSIA de uma PARTE à outra.

12.2. Na eventualidade de ocorrerem controvérsias derivadas deste CONTRATO, as PARTES buscarão solucioná-las amigavelmente no prazo de até quinze dias úteis contados do recebimento da NOTIFICAÇÃO DE CONTROVÉRSIA.

12.3. Caso as controvérsias decorrentes do presente CONTRATO não sejam solucionadas na forma da subcláusula 12.2, as PARTES deverão submetê-las ao processo de solução de conflitos por meio de arbitragem, incluindo o previsto na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, valendo a presente como cláusula compromissória.

CLÁUSULA 13 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

13.1. Na ocorrência de um evento de caso fortuito ou força maior, nos termos do art. 393 do Código Civil, que afete ou impeça o cumprimento das obrigações contratuais, este CONTRATO permanecerá em vigor, mas a PARTE atingida pelo evento não responderá pelas consequências do não cumprimento de suas obrigações nos termos deste CONTRATO, durante o período de ocorrência do evento e proporcionalmente aos seus efeitos.

13.2. Nenhum evento de caso fortuito ou força maior eximirá a PARTE afetada de quaisquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que tenham se constituído antes dele, embora vençam durante o evento de caso fortuito ou força maior, em especial as obrigações financeiras, que deverão ser pagas nos prazos contratuais. O não cumprimento dos prazos implica incidência dos acréscimos moratórios previstos na Subcláusula 9.2.

13.3. A PARTE afetada que desejar invocar a ocorrência de caso fortuito ou força maior deverá adotar as seguintes medidas:

- I. notificar a outra PARTE da ocorrência do evento de caso fortuito ou força maior, tão logo quanto possível, mas, em nenhuma circunstância, em prazo superior a 48 horas contados da data em que tiver tomado conhecimento de sua ocorrência, fornecendo uma descrição da natureza do evento, uma estimativa de sua duração e do impacto no desempenho de suas obrigações contratuais;
- II. adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando retomar suas obrigações contratuais com a maior brevidade possível;
- III. informar regularmente a outra PARTE a respeito de suas ações e de seu plano de ação para remediar e/ou minimizar tais consequências;
- IV. prontamente avisar a outra PARTE do término do evento de caso fortuito ou força maior e de suas consequências;
- V. respaldar todos os fatos e ações com documentação ou registro disponível.

CLÁUSULA 14 – DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O presente CONTRATO é celebrado em caráter irrevogável e irretratável pelo prazo de vigência definido na Cláusula 4ª, ressalvadas as disposições previstas na Cláusula 10 e na subcláusula 4.1.1.

14.2. O CONTRATO não poderá ser alterado, exceto por meio de aditamento escrito firmado pelas PARTES, observado o disposto na Lei 10.848, de 2004, no Decreto nº 5.163, de 2004, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

14.3. No caso de reestruturação societária (cisão, fusão, incorporação, criação de subsidiária etc.), e/ou no caso da mudança de titularidade da concessão, autorização ou permissão do VENDEDOR e/ou do COMPRADOR, fica prévia e expressamente autorizada a sub-rogação dos direitos e/ou das obrigações decorrentes deste CONTRATO, nas proporções de ENERGIA a ser alocada às novas empresas, respeitadas as condições pactuadas no presente, notadamente o PREÇO DE VENDA.

14.4. Nenhum atraso ou tolerância, por qualquer das PARTES, relativamente ao exercício de qualquer direito, poder, privilégio ou recurso contido neste CONTRATO, será tido como passível de prejudicar tal direito, poder, privilégio ou recurso, nem será interpretado como renúncia do(s) mesmo(s) ou novação da(s) obrigação(ões).

14.5. Sem prejuízo das obrigações previstas no CONTRATO, as PARTES obrigam-se a:

- I. observar e cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável aos seus negócios sociais e às atividades a serem desempenhadas nos termos do presente CONTRATO;
- II. obter e manter válidas e vigentes, durante o prazo de vigência do CONTRATO, todas as licenças e autorizações atinentes aos seus negócios sociais e/ou ao cumprimento das obrigações, inclusive no que diz respeito ao contrato de concessão, autorização ou permissão, assumidas no presente CONTRATO, exceto se tal situação for modificada por AUTORIDADE COMPETENTE e, nesse caso, as PARTES obrigam-se a

adotar uma alternativa contratual que preserve os efeitos econômico-financeiros do CONTRATO em conformidade com o originalmente pactuado; e

- III. informar a outra PARTE, no prazo máximo de 48 horas contado da data do conhecimento do evento, sobre quaisquer eventos, de qualquer natureza, que possam representar uma ameaça ao cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas neste CONTRATO.

14.6. O VENDEDOR obriga-se a não celebrar quaisquer contratos de venda de ENERGIA, nem aditar os ora existentes, com o intuito de assumir quaisquer compromissos de suprimento ou fornecimento de ENERGIA em montantes que impeçam ou inviabilizem a disponibilização e venda da ENERGIA CONTRATADA nos termos deste CONTRATO.

14.7. Qualquer aviso ou outra comunicação de uma PARTE a outra a respeito deste CONTRATO será feita por escrito, em língua portuguesa, e poderá ser entregue ou enviada por correio registrado, fac-símile ou meio eletrônico, em qualquer caso com prova formal do seu recebimento, ao endereço e em atenção dos representantes, a saber:

Se para o COMPRADOR:

A/C: _____

Endereço: _____

Tel.: (____) _____ - _____

Fax.: (____) _____ - _____

E-mail: _____@_____

Se para o VENDEDOR:

A/C: _____

Endereço: _____

Tel.: (____) _____ - _____

Fax.: (____) _____ - _____

E-mail: _____@_____

14.7.1 Qualquer das PARTES poderá promover a alteração do seu respectivo representante, para o recebimento de avisos e comunicações, desde que forneça à outra PARTE informação escrita sobre tal alteração, sendo certo que na ausência desta informação por escrito será reputada como devidamente recebida qualquer notificação enviada aos endereços mencionados.

14.8. Na hipótese de qualquer das disposições previstas neste CONTRATO ser declarada ilegal, inválida ou inexecutável, as disposições remanescentes não serão afetadas, permanecendo em plena vigência e aplicação e, nessa hipótese, as PARTES se obrigam, desde já, a adotar uma disposição que a substitua e que atenda aos objetivos da disposição considerada ilegal, inválida ou inexecutável, e que mantenham, tanto quanto possível, em todas as circunstâncias, o equilíbrio dos interesses comerciais das PARTES.

14.9. O presente CONTRATO deverá ser homologado ou aprovado pela ANEEL, bem como eventuais aditamentos ou alterações.

14.10. Este CONTRATO é reconhecido pelas PARTES como título executivo, na forma do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil Brasileiro, para efeito de cobrança dos valores devidos.

14.11. Este CONTRATO será regido e interpretado, em todos os seus aspectos, de acordo com as leis brasileiras.

14.12. Observado o disposto na Cláusula 12, fica eleito o Foro da Comarca do Município da sede do COMPRADOR, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para a finalidade específica de adoção de eventuais medidas coercitivas ou cautelares entendidas como necessárias pelas PARTES, bem como para a eventual execução de sentença arbitral ou o ingresso de pedido de decretação de nulidade de sentença arbitral.

E, por estarem assim justas e contratadas, as PARTES celebram o presente instrumento em duas vias de igual teor, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

_____, ____ de _____ de 20____.

VENDEDOR:

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

COMPRADOR:

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

Nome:
Cargo:
RG:
CPF/MF:

TESTEMUNHAS:

Nome:
RG:
CPF/MF:

Nome:
RG:
CPF/MF:

**ANEXO I AO CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA NO
AMBIENTE REGULADO – CONTRATO DE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA**

NOMENCLATURA TÉCNICA

AGENTE DA CCEE ou AGENTE: concessionário, permissionário, autorizado de serviços e instalações de energia elétrica e consumidor final integrantes da CCEE.

AGENTE DE DISTRIBUIÇÃO: titular de concessão, permissão ou autorização de serviços e instalações de distribuição para fornecer energia elétrica a consumidor final exclusivamente de forma regulada;

AGENTE VENDEDOR: agente de geração titular de concessão, permissão ou autorização de geração de energia elétrica, caracterizada na condição de GERAÇÃO DISTRIBUÍDA;

AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADA – ACR: segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre AGENTES VENDEDORES e AGENTES DE DISTRIBUIÇÃO, precedidas de licitação, ressalvados os casos previstos em lei, conforme REGRAS e PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO específicos;

ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão normativo, regulador e fiscalizador dos serviços de energia elétrica;

AUTORIDADE COMPETENTE: qualquer entidade governamental que tenha competência para interferir neste CONTRATO ou nas atividades das PARTES;

CÂMARA DE ARBITRAGEM: entidade eleita pelos AGENTES DA CCEE destinada a estruturar, organizar e administrar processo de solução de conflitos, que, no exercício estrito dos direitos disponíveis, deverá dirimir conflitos por meio de arbitragem, nos termos da CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO e do Estatuto da CCEE.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CCEE: pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atua sob autorização do Poder Concedente e regulação e fiscalização da ANEEL, segundo a CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO;

CENTRAL DE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA: corresponde à [UHE / PCH / UTE Denominação], objeto de concessão, permissão ou autorização de geração de energia elétrica, conforme [Ato Legal, data], e cadastrada perante as AUTORIDADES COMPETENTES sob a titularidade do VENDEDOR;

CENTRO DE GRAVIDADE: ponto virtual definido nas REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO para o SUBMERCADO onde será efetuada a ENTREGA SIMBÓLICA da ENERGIA CONTRATADA;

CHAMADA PÚBLICA: processo licitatório para compra e venda de energia elétrica fruto de Chamada Pública, regido pelo EDITAL _____ – GERAÇÃO DISTRIBUÍDA e seus documentos correlatos;

COMPRADOR ou- _____, empresa titular de concessão de serviços e instalações de distribuição para fornecer energia elétrica a consumidor final, com sede na _____, na cidade de _____, Estado de _____ – CEP _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ / _____;

CONTRATO ou **CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA**: contrato bilateral, em **AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADA**, celebrado entre **AGENTE VENDEDOR** e **AGENTE DE DISTRIBUIÇÃO**, nos termos dos arts. 14 e 15 do Decreto nº 5.163/2004, conforme o modelo anexo ao EDITAL da CHAMADA PÚBLICA;

CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO: instrumento jurídico instituído pela Resolução Normativa ANEEL nº 109 de 26 de outubro de 2004, alterada pela Resolução Normativa nº 348, de 6 de janeiro de 2009, nos termos da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004;

ENERGIA: quantidade de energia elétrica ativa durante qualquer período de tempo, expressa em Watt-hora (Wh) ou seus múltiplos;

ENERGIA CONTRATADA: montante em MW médio contratado para cada ano civil pelo **COMPRADOR** e colocado à disposição no **CENTRO DE GRAVIDADE** do **SUBMERCADO** do **COMPRADOR**;

ENERGIA MENSAL CONTRATADA: montante em MWh, definida pelo processo de **SAZONALIZAÇÃO** da **ENERGIA CONTRATADA**, contratado para cada mês civil pelo **COMPRADOR** e colocado à disposição no **CENTRO DE GRAVIDADE** do **SUBMERCADO** do **COMPRADOR**;

ENTREGA SIMBÓLICA: entrega de **ENERGIA** que se opera, ou se cumpre, pela entrega de quantidades que, figurativa ou simbolicamente, representam as quantidades de **ENERGIA** efetivamente adquiridas pelo **COMPRADOR**, no ponto **CENTRO DE GRAVIDADE**;

GERAÇÃO DISTRIBUÍDA: produção de **ENERGIA** elétrica proveniente de empreendimentos de agentes concessionários, permissionários ou autorizados de geração, conectados diretamente no sistema elétrico de distribuição do **COMPRADOR**, nos termos dos artigos 14 e 15 do Decreto nº 5.163/04;

IPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

LEGISLAÇÃO: todas as leis, disposições constitucionais, medidas provisórias, decretos, resoluções, portarias, instruções, ordens, declarações, determinações, regulamentos e interpretações oficiais de qualquer **AUTORIDADE COMPETENTE** que tenha jurisdição sobre o assunto em questão, incluindo-se as **REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO** e os **PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO**;

MERCADO DE CURTO PRAZO: segmento da CCEE onde são comercializadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados e registrados pelos **AGENTES DA CCEE** e os montantes de geração ou consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos **AGENTES**.

MÊS CONTRATUAL: todo e qualquer mês do calendário civil durante o **PERÍODO DE SUPRIMENTO**;

MODULAÇÃO: cálculo de volumes de energia contratados em montantes horários;

NOTIFICAÇÃO DE CONTROVÉRSIA: documento formal destinado a comunicar as **PARTES** acerca de controvérsias que versem sobre as disposições deste **CONTRATO** e/ou a elas relacionadas;

ONS: Operador Nacional do Sistema Elétrico, responsável pela coordenação e controle da operação de geração e da transmissão de energia elétrica do SIN;

PERÍODO DE COMERCIALIZAÇÃO: é a menor unidade de tempo de comercialização de energia elétrica, considerada essa como uma hora;

PERÍODO DE SUPRIMENTO: corresponde ao intervalo de tempo entre a data de início do suprimento e a data de término do suprimento da ENERGIA CONTRATADA com POTÊNCIA ASSOCIADA;

POTÊNCIA: é a quantidade de energia elétrica solicitada na unidade de tempo, expressa em MW;

POTÊNCIA ASSOCIADA: é a quantidade de POTÊNCIA associada à ENERGIA CONTRATADA, que o VENDEDOR deverá colocar à disposição do COMPRADOR, no CENTRO DE GRAVIDADE desse, em qualquer mês contratual, observado um fator de capacidade igual a 1,0;

PREÇO DE VENDA: PREÇO constante da PROPOSTA DE VENDA declarada MELHOR PROPOSTA na CHAMADA PÚBLICA _____ – GERAÇÃO DISTRIBUÍDA, a ser pago ao VENDEDOR pelo fornecimento da ENERGIA CONTRATADA;

PLD: Preço de Liquidação de Diferenças;

PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO: conjunto de normas aprovadas pela ANEEL que definem condições, requisitos, eventos e prazos relativos à comercialização de energia elétrica no âmbito da CCEE;

PROCEDIMENTOS DE DISTRIBUIÇÃO: normas que disciplinam o relacionamento entre os AGENTES DE DISTRIBUIÇÃO e demais agentes (unidades consumidoras e centrais geradores) conectados ao sistema elétrico de distribuição, e que estabelecem requisitos técnicos necessários à implantação, conexão, uso e operação do sistema elétrico de distribuição;

PROCEDIMENTOS DE REDE: conjunto de documentos elaborados pelo ONS com a participação dos agentes e aprovados pela ANEEL, que estabelecem os procedimentos e requisitos técnicos necessários ao planejamento, implantação, uso e operação do SIN, e definem as responsabilidades do ONS e dos agentes;

PROPONENTE VENDEDOR: agente de geração titular de concessão, permissão ou autorização de geração de energia elétrica, caracterizada na condição de GERAÇÃO DISTRIBUÍDA, que participe da CHAMADA PÚBLICA;

REGRAS DE COMERCIALIZAÇÃO: conjunto de regras operacionais e comerciais e suas formulações algébricas definidas pela ANEEL, e de cumprimento obrigatório pelos AGENTES DA CCEE, aplicáveis à comercialização de energia elétrica no âmbito da CCEE;

SAZONALIZAÇÃO: discretização mensal dos montantes anuais de energia;

SISTEMA DE COLETA DE DADOS DE ENERGIA – SCDE: Sistema de Coleta de Dados de Energia, desenvolvido para coleta diária e tratamento dos dados de medição, sendo a aquisição destes dados realizada de forma automática, diretamente ao medidor ou através da base de dados

SISTEMA DE CONTABILIZAÇÃO E LIQUIDAÇÃO – SCL: Sistema de Contabilização e Liquidação, desenvolvido com base nas Regras e Procedimentos de Comercialização, dá suporte à contabilização e liquidação financeira de toda comercialização de energia elétrica no âmbito da CCEE;

SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL – SIN: conjunto de instalações e equipamentos responsáveis pelo suprimento de energia elétrica das regiões do país interligadas eletricamente;

SISTEMA DE MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO – SMF: sistema composto pelos medidores principal e de retaguarda, pelos transformadores para instrumentos (TI) – transformadores de potencial e de corrente –, pelos canais de comunicação entre os agentes e a CCEE, e pelos sistemas de coleta de dados de medição para faturamento;

SUBMERCADO: divisão do SIN para a qual são estabelecidos PLDs específicos e cujas fronteiras são definidas em razão da presença e duração de restrições relevantes de transmissão aos fluxos de energia elétrica;

TRIBUTOS: são todos os impostos, taxas e contribuições, incidentes sobre o objeto deste CONTRATO, excluído qualquer outro existente ou que venha a ser criado sobre o lucro líquido ou resultado de qualquer das PARTES. Tal exclusão abrange, não estando limitada a, o imposto sobre a renda da pessoa jurídica, a contribuição social sobre o lucro e impostos ou contribuições sobre movimentações financeiras;

VENDEDOR: _____, empresa _____ <concessionária, permissionária ou autorizada> para gerar energia elétrica, com sede na _____, na cidade de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____/_____.
_____/_____.
_____/_____.